

Ana Clara Torres Ribeiro*

PRESENTIFICAÇÃO, IMPULSOS GLOBAIS E ESPAÇO URBANO. O NOVO ECONOMICISMO

*No tengo ya raíces,
he volado
de oro en oro,
de pluma a polen
sin saber volar,
con alas espaciosas
lentas
sobre
la impaciencia.*

“El gran verano”
Pablo Neruda

URBANIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

O estudo da urbanização na América Latina exige a reflexão da posição ocupada pelos países periféricos, nos fluxos econômicos que organizam a atual fase do capitalismo. Sem dúvida, a reestruturação produtiva impõe novos usos ao território, assim como, apropriações estratégicas da materialidade construída em momentos históricos anteriores. Estes usos e apropriações têm fortes conseqüências para

* Socióloga. Doutora em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo. Professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora CNPq. Presidente do Conselho Deliberativo da FASE. Membro do Comitê de Ética em pesquisa do NESC/UFRJ. Coordena o Grupo de Trabalho Desenvolvimento Urbano do CLACSO.

a rede urbana latino-americana e, particularmente, para a vida nas metrópoles. Manifestam-se, por exemplo, as seguintes tendências: acirramento da competição entre cidades por investimentos privados; aumento da desigualdade sócio-espacial; privatização dos espaços públicos; redução das relações interclassistas; esgarçamento e fragmentação do tecido urbano.

A atualização do espaço herdado, estimulada pela globalização da economia, corresponde às condições gerais de produção exigidas pelo ritmo e pela direção da acumulação na escala mundial. Trata-se, fundamentalmente, da construção do ambiente que corresponde à divisão social e territorial do trabalho, comandada por corporações transnacionais e pelo capital financeiro. Neste ambiente, predomina a circulação eficiente e o consumo excepcional para alguns, em contraste com a escassez experimentada, no cotidiano, pela maioria. Há, também, uma espécie de substituição acelerada de crenças e mitos, correspondente à ânsia por contínuas inovações que caracteriza a simbiose, na última modernidade, entre produção e consumo.

A metamorfose do capital, iniciada a partir da crise de acumulação dos anos setenta, trouxe a hegemonia do capital financeiro; desafiou o Estado; refez a hierarquia das frações capitalistas no âmago das estruturas de poder e, até mesmo, transformou a própria noção de produto, de mercadoria. Foi, assim, essencialmente modificado o conteúdo cultural e ideológico da hegemonia, com fortes rebatimentos na esfera política. Tal nível de transformação dependeu de uma nova composição do meio geográfico, alcançada através da seletiva difusão das tecnologias de informação e comunicação. Com a configuração deste novo meio, foram geradas intensas transformações nas relações técnicas e sociais de produção, que trouxeram as crises da cidade fordista e do mundo do trabalho.

Esgota-se, assim, o binômio que orientou tantos projetos de modernização econômica e cultural das sociedades latino-americanas: urbanização e industrialização. A difusão do novo meio permite que aconteça, atualmente, a desindustrialização de áreas metropolitanas, ao mesmo tempo em que emergem novas regiões produtivas, pólos tecnológicos, que evitam as assim chamadas deseconomias externas, oriundas das carências urbanas, de pressões trabalhistas e da insegurança nas metrópoles. Pela influência desses processos, também a urbanização adquire um novo perfil. Numa de suas faces, surge a urbanização dispersa dos condomínios fechados e centros exclusivos de consumo e, na outra face, a degradação de centros históricos e a guetificação dos mais pobres.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA-REESTRUTURAÇÃO URBANA

Em verdade, a reestruturação produtiva exige a sua compreensão também como reestruturação urbana, o que só é possível através da valorização analítica dos vínculos sociedade-espço. Nesta direção, evidencia-se a necessidade de que as ciências sociais integrem, num único propósito teórico e empírico, tempo-espço e ação social. Apenas esta integração, que depende de esforços transdisciplinares, permitirá o desenvolvimento da natureza dos vetores que hoje modificam, tanto a materialidade, quanto a sociabilidade na rede urbana da América Latina.

Alguns autores, como Milton Santos, já afirmaram que esse desenvolvimento é indispensável à concepção de projetos políticos que impeçam o domínio da metrópole corporativa sobre a “outra cidade”, aquela que é de todos e para todos. Compreende-se, com o apoio destes autores, que a cidade corporativa que sucede com menor ou maior velocidade e violência a cidade fordista, traz desafios relacionados ao conteúdo técnico da acumulação, aos seus arranjos político-administrativos e à versão de ordem urbana que acompanha a globalização da economia.

Esta ordem, tantas vezes imposta como diretriz para a ação do Estado, surge, basicamente, na forma de monitoramento de hábitos e costumes, padronização de ideários para a renovação urbana e intolerância. Esta ordem recusa a singularidade dos lugares, as memórias e, as estratégias e táticas de sobrevivência das camadas populares. E, também, nega o acúmulo de experiências políticas que pode permitir a afirmação de sujeitos sociais portadores de alternativas de futuro, para a experiência coletiva. Constitui uma tarefa urgente, compreender a paisagem urbana esperada da instalação desta ordem. Estão ausentes, nos projetos que a defendem, a ação espontânea e a criatividade que costuram as tramas urbanas.

Sem essas tramas, não existe urbanidade. Ao contrário, existe artificialismo, isto é, o cenário desejado pelas grandes corporações, pelos proprietários dos meios de comunicação e pelos donos de *griffe*. De fato, o artificialismo transparece nas cópias da denominada cidade global, real modelo arquitetônico, urbanístico, financeiro e informacional da globalização da economia. Este modelo tem sido cuidadosamente confeccionado pelo novo economicismo, através de vínculos operacionais entre economia, política e cultura. É necessário conhecer os princípios que organizam esse modelo, assim como, as ações e os projetos que os seus defensores codificam e difundem.

PRESENTIFICAÇÃO

A atual fase do capitalismo – alimentada por contínuas inovações tecnológicas – intensificou as trocas mundiais de mercadorias, mensagens e pessoas. A intensificação dos fluxos expressa a amplitude atingida

pela arena da produção e pela administração do consumo (individual e coletivo). Por outro lado, a intensidade das trocas e o seu caráter inseguro, incerto e múltiplo demandam investimentos em infra-estrutura econômica de novo tipo: socialmente seletivo e de última geração. Privilegia-se, assim, os conteúdos técnicos que potencializam as ações que favorecem a versão hegemônica do mercado.

Além de recursos informacionais, a acumulação realizada entre diferentes sítios e a racionalização das relações de produção, demandam segurança nos (e dos) investimentos e a adoção de formas de regulação que garantam o funcionamento *just in time* da produção. A globalização da economia exige, simultaneamente, inovação e padronização de insumos e gestos, o que transforma a estrutura das firmas. Cada vez mais, as corporações monitoram as decisões dos governos e buscam controlar os usos do território, dos recursos naturais e dos ambientes historicamente construídos.

Nos países periféricos, os investimentos em infra-estrutura econômica tenderam a se concentrar no apoio à produção de bens destinados à exportação e em equipamentos exigidos pela circulação mundial de mercadorias. Basta observar, nesta direção, a concentração de investimentos nas comunicações e, em portos e aeroportos e, ainda, nas estradas com administração privada. Desta maneira, pode-se dizer que o espaço herdado tem sido pressionado por dois fenômenos articulados: transnacionalização da atividade econômica e intensificação dos fluxos. Estes fenômenos comungam com outros, tais como: informatização do território, expansão do crédito e privatização dos serviços.

A nova fase do capitalismo demanda fluidez e o ajuste de diferentes formas de organização do trabalho às exigências da forma dominante de produção, como ilustram, em tantos países, a expansão da terceirização na indústria, no comércio e nos serviços, além da reforma da previdência social e a redução de direitos trabalhistas. Também é reforçada a padronização da ação do Estado, sendo instaurada, como propôs Milton Santos, uma específica relação entre tecnoesfera e psicoesfera. Nesta relação, mudanças na materialidade estimulam transformações, quase imediatas, na sociabilidade, como exemplifica o ativismo decorrente da aceleração da vida coletiva. Assim, exige-se que trabalhadores e consumidores ajustem-se às orientações comportamentais que satisfazem, basicamente, aos interesses das firmas.

Estes fenômenos e processos atualizam seletivamente a rede urbana e, em especial, as metrópoles, já que estas constroem intensas interfaces com mudanças técnicas e culturais em curso na escala mundial. Segmentos do tecido urbano e áreas escolhidas das grandes cidades são moldadas e renovadas para executar as funções necessárias à acumulação globalizada. A presentificação, portanto, é fragmen-

tadora do espaço herdado, o que inclui a destruição de instituições e a diminuição de vínculos sociais. Por outro lado, o fato de última modernidade sustentar-se em ininterrupta oferta de inovações tecnológicas atinge a própria percepção do tempo, gerando a ilusão de que o único futuro possível é o constituído pela infinita reprodução dos movimentos do presente.

IMPULSOS GLOBAIS

A economia globalizada e as redes transnacionais de produção amplificaram a incerteza que caracteriza o atual período histórico, comandado pelo capital financeiro. O controle da incerteza – e, de forma contraditória, o usufruto das oportunidades de lucro que gera – subordina governos e facilita a interferência das grandes corporações e agências multilaterais, na definição dos investimentos públicos. São modificados, desta maneira, tanto os ideários do desenvolvimento urbano como os atores envolvidos no desenho das políticas públicas, o que pode ser constatado através da identificação entre os ritmos e objetivos da economia e da política.

Aproximaram-se os tempos e espaços das esferas política e econômica. Esta aproximação informa sobre características nucleares dos atuais vetores da modernização. Estes vetores, que não prometem a modernidade para todos, são compostos por técnicas de gestão e modelos de desenvolvimento difundidos na escala mundial; fundos de investimento em busca de valorização; orientações culturais e, também, projetos arquitetônicos, símbolos, imagens e discursos. Constituem impulsos à atualização do espaço herdado e instrumentos de ajuste, dos lugares, ao ritmo e à direção da forma hegemônica de realização da economia.

Porém, esses vetores não se instalam sem sofrer as resistências das sociedades locais, de práticas territorializadas e do espaço herdado. Existem resistências político-jurídicas e culturais, como demonstram as publicações do Observatório Social da América Latina do CLACSO. Por outro lado, a consolidação desses vetores, depende do envolvimento de parte das sociedades locais e da adesão de segmentos da administração pública. De fato, a transformação do espaço herdado em atrativo para a economia globalizada não ocorre sem a modificação, pelo arranjo das forças políticas de cada país, na apropriação do espaço herdado, o que implica no acionamento estratégico de recursos em mãos do Estado.

O exame da seletiva atualização da rede urbana latino-americana impõe a pesquisa simultânea dos impulsos globais – cuja natureza é constantemente transformada pela tecnociência e pelos contratos entre empresas e, destas, com governos – e dos interesses internos, incluindo os defendidos por organizações empresariais e profissionais. A moder-

nização dos espaços urbanos associada aos impulsos globais é, sobretudo, parcial e estratégica. Evita as deseconomias da aglomeração, mas usufrui do excepcional acesso à informação, à complementaridade entre firmas e ao consumo que as metrópoles oferecem.

NOVO ECONOMICISMO

A naturalização da dinâmica econômica constitui o mais forte sustento das ideologias do capitalismo. É através da naturalização dos interesses que organizam as atividades econômicas, que são reificadas as necessidades sociais, permitindo que a lógica do lucro seja apresentada como a única forma legítima de racionalidade. O predomínio do econômico influi, decisivamente, na sociabilidade e na urbanidade, fazendo com que o mercado ganhe autonomia frente à política e à cultura. As explicações científicas, também, sofrem os efeitos desse predomínio, na medida em que as ciências sociais absorvem, pelo menos em parte, as orientações e os valores da racionalidade dominante.

No atual período histórico, o economicismo complexifica-se, já que os conteúdos do meio geográfico, encontram-se em transformação. Com maior intensidade, as ideologias apropriam-se de suportes técnicos com grande poder de penetração na organização da vida cotidiana. Ao mesmo tempo, com o apoio do crédito, a própria técnica transforma-se num dos principais anseios de consumo individual e familiar, o que facilita a veloz extensão de redes administradas por corporações com presença em escala mundial. Aliás, o acompanhamento desses processos, pelo pensamento crítico, depende do estudo dos vínculos entre privatização do setor de comunicações e difusão do novo economicismo.

Os objetos técnicos, somados à intensa emissão de imagens, interferem no imaginário social e em representações da cidade desejada. Hoje, a ação estratégica, de corporações e atores políticos, conta com recursos que radicalizam algumas características das ideologias do capitalismo. Acentua-se a influência do pensamento operacional e utilitarista na modelagem das noções de eficácia e eficiência. Estas noções inserem-se nas relações de produção e em características do indivíduo projetado pelas instituições sociais, sobretudo as envolvidas com a educação e a qualificação profissional. Cresce, desta maneira, a influência do individualismo e do consumismo na vida cotidiana. Tal influência transparece na morfologia urbana, como exemplifica a exuberância da arquitetura do consumo, e nas práticas sociais, como demonstra a redução do interclassismo.

A globalização da economia, ao prometer a unificação técnica do mundo, criou a expectativa de homogeneização, ainda que superficial, dos hábitos e estilos de vida. É esta a expectativa que substitui, atualmente, as grandes narrativas evolucionistas, estimuladoras dos

projetos de modernização das sociedades periféricas e, especialmente, das suas metrópoles. Agora, não há mais evolução prometida. Há, sim, presente amplificado, reprodução do mesmo, ambição de eternidade. É esta ambição que se traduz nos objetos urbanos de último tipo, condensadores de símbolos do futuro monitorado pela técnica e da hierarquia construída pela ação hegemônica.

Ao desejar apresentar-se como antítese do evolucionismo, o pós-moderno tende a reproduzir alguns dos fundamentos da visão de mundo que busca desconstruir. Assim, também o pós-moderno, apresenta-se como síntese de todas as temporalidades, ainda que condensadas no presente. A mudança técnica sustenta esta pressão direcionada ao momento vivido. Porém, trata-se, em grande parte, de um discurso apoiado em estruturas provisórias, que não alcançam os alicerces, efetivamente estruturais, da questão urbana. Em algumas das suas realizações, a leveza do pós-moderno corresponde aos códigos culturais do novo economicismo, como pode ser observado nas superfícies ajustadas ao mercado globalizado, aos grandes eventos e à cultura transformada em mercadoria.

O LUGAR DA CULTURA

As mudanças na organização da economia difundiram, além da expectativa de permanentes inovações técnicas, possibilidades, antes desconhecidas, de mediação entre produção e consumo; local e global. Estas mediações – que possibilitam novas profissões e frações capitalistas – alteraram a posição ocupada, pelos bens e práticas culturais, na acumulação de capital. O reposicionamento da cultura transparece na importância outorgada ao marketing na produção da imagem urbana.

Da mesma forma que bens e serviços recebem o acréscimo de valor decorrente de embalagens e investimentos em propaganda, segmentos da rede urbana absorvem investimentos que visam a sua promoção, como lugares propícios aos investimentos e ao consumo excepcional. Multiplicam-se os objetos urbanos dedicados à cultura, assim como, os eventos que promovem cidades e, também, administradores, que até ontem voltavam-se, prioritariamente, para as políticas de habitação ou saneamento. Há, portanto, uma nova direção esperada para os investimentos públicos, um crescente dinamismo da economia áudio-visual e formas atualizadas de legitimação política dos interesses econômicos.

As mediações e os mediadores, apoiados pelos investimentos nas áreas da comunicação e da informação, reclassificam práticas sociais e qualidades da cidade, criando disputas entre as formas tradicionais e inovadoras de apropriação do espaço herdado. O marketing influencia diretamente na administração urbana e ganham destaque personagens que, por sua presença na mídia, acionam os mecanismos simbólicos

da comunicação rápida. Este tipo particular de aceleração da vida urbana, altamente concentrador da renda, encontra-se associado à turistificação do território (ver o turismo de negócios), à influência dos operadores de fluxos na determinação dos usos do espaço urbano e à importância atribuída à moda.

Esses processos propiciam certo tipo de efervescência envolvente, ativa e dinâmica, condizente com leituras dos lugares que procuram, no âmago do tecido urbano, a novidade e os estímulos ao consumo. Esta forma singular de efervescência altera a dinâmica do mercado de trabalho, as relações entre as classes sociais e as expectativas em torno dos projetos de renovação urbana. Com a influência do novo economismo, atuante no planejamento e no urbanismo, a paisagem é projetada como cenário ou palco, reduzindo-se a sua importância como cena ou arena. Este não é, ainda, um futuro plenamente previsto mas, sim, um contexto que pode ser vislumbrado a partir da manifestação de um conjunto de tendências merecedor de reflexão e pesquisa.

ALGUNS FENÔMENOS URBANOS

A atualização dos espaços urbanos e a modernização parcial dos países periféricos podem ser reconhecidas mediante a observação de alguns fenômenos urbanos. Destaca-se, inicialmente, a denominada urbanização dispersa, relacionada ao rodoviarismo, à formação de megalópoles e complementaridades entre metrópoles na escala mundial. A urbanização dispersa, articulada às redes técnicas e privatização da circulação, expande o urbano para além dos marcos construídos, o que modifica o funcionamento da rede de cidades e a sua hierarquia interna. Também são modificadas, cabe acrescentar, as relações campo-cidade.

Um outro fenômeno relevante é a formação de enclaves urbanos, dotados de amenidades raras e de mecanismos avançados de segurança. Na produção destes enclaves, dedicados aos negócios ou à moradia das classes abastadas, o capital imobiliário associa-se ao capital financeiro e à administração sofisticada, colaborando para a difusão de ideários de modernidade e de desenvolvimento urbano que evitam a co-presença das classes populares. Também é cada vez mais freqüente, a construção de enclaves em áreas que foram conquistadas pelas classes populares, o que gera o encarecimento da terra urbana e o gradual deslocamento das famílias pioneiras.

Enclaves e urbanização dispersa, esvaziam centros históricos e destroem experiências coletivas. Em verdade, surgem outras centralidades, expressivas das formas mais atuais de prestação de serviços, consumo e lazer. Estas centralidades, que mesclam templos de consumo e condomínios fechados, correspondem a mudanças na sociabilidade e

na estrutura de classes. Neles, são criadas barreiras à integração social, relacionadas à elitização das oportunidades de trabalho e à exclusão, inclusive étnica, no consumo. Estabelece-se, neste percurso, uma nova tensão entre construção e destruição, abundância e escassez, que amplifica a segregação sócio-espacial.

Também constitui um fenômeno relevante, para a reflexão da questão urbana nas sociedades periféricas, a hiper-periferização da moradia das famílias das classes populares. Esta última tendência impede a reprodução de tradicionais estratégias de sobrevivência, tornando ainda mais precárias as condições urbanas de vida. Por outro lado, esta tendência dificulta a organização social e política, retendo as reivindicações urbanas. Em resistência a esta tendência, como às demais, é necessário defender usos mais generosos do espaço urbano e, formas mais justas e solidárias de circulação nas grandes cidades latino-americanas.

Os fenômenos rapidamente citados informam sobre a destruição do tecido urbano. Frente a este quadro, é preciso formular alternativas. Nesta direção, deve ser lembrado que a cidade industrial, em sua limitada realização nos países periféricos, concentrou historicamente os maiores investimentos públicos e privados. É da materialidade e das redes sociais resultantes desta concentração, que os mais pobres sobrevivem, através de empregos precários, dos arranjos familiares, do trabalho autônomo ou da mendicância. Portanto, é a partir dela que uma outra cidade precisa ser pensada e defendida, com novos usos do espaço herdado e concepções socialmente responsáveis de produção, intercâmbio e consumo.

SUGESTÕES

Em apoio à reflexão dos temas tratados nesta classe, sugere-se o levantamento de estatísticas, análises e informações, inclusive as veiculadas pela grande imprensa, sobre os seguintes processos.

- Crescimento da rede urbana, considerando a distribuição de renda e indicadores de segregação espacial.
- Organização da atividade econômica, valorizando os índices de desemprego e o trabalho informal.
- Expansão do capital financeiro e da atividade imobiliária, considerando a criação de áreas exclusivas das classes médias e altas.
- Expansão das novas redes de serviços, incluindo a terceirização e a presença de capital estrangeiro.
- Expansão das redes de comunicação, considerando a sua distribuição sócio-espacial.

- Evolução dos investimentos públicos, sobretudo os investimentos na circulação e promoção do turismo.
- Transformação no planejamento urbano, inclusive no que concerne às responsabilidades com o crescimento econômico, assumidas por governos locais.
- Transformação da agenda política de administradores locais e novos modelos de planejamento e gestão.
- Investimentos em marketing urbano e na renovação da imagem da cidade.
- Transformação da morfologia urbana, incluindo os denominados edifícios inteligentes e a arquitetura pós-moderna.